

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Comissão Especializada Permanente de Economia

Lagoa, 28 de abril de 2021

ASSUNTO: Parecer sobre as considerações e o Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Exmo. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia, Senhor Sérgio Humberto Rocha de Avila.

Na sequência do pedido de parecer relativo ao projeto de resolução 44/XII, vimos por este meio a comunicar

As nossas considerações

Considerando que a Prolacto - Lacticínios de São Miguel S. A. (antiga fábrica da Nestlé) é uma empresa independente de produção de ingredientes lácteos para a indústria alimentar e de nutrição infantil, com 50 anos de história e contributo positivo para o desenvolvimento deste setor nos Açores.

Considerando que atualmente a Prolacto transforma perto de 100 milhões de litros de leite fresco na ilha de São Miguel, que exporta 70% das vendas para fora de Portugal e 25% das vendas são novos produtos, e por tanto é atualmente uma indústria de referência regional em termos de internacionalização e valorização do leite.

Considerando que no ano 2020 a Prolacto conseguiu resultados positivos e que o nosso tipo de produto final, como é a nutrição infantil, precisa duma matéria-prima de qualidade e que o preço pago por nós é já de facto um dos preços mais altos pagos na ilha de São Miguel.

Considerando que as ajudas e subsídios públicos aos produtores estão hoje baseadas no volume e não na qualidade ou teor de sólidos, e que ditos subsídios conseqüentemente estão a influir na alimentação, genética e tipologia de animal ideal nesse modelo.

Considerando que a alimentação animal e os preços dos principais fatores de produção da lavoura nunca são tidos em conta em detalhe quando se fazem avaliações dos rendimentos dos produtores, embora, no caso por exemplo da alimentação animal representa, hoje em dia, indiretamente mais de 35% dos custos das indústrias transformadoras.

Considerando que o teor de sólidos obtido pelos produtores no seu produto nos Açores está muito por debaixo dos níveis conseguidos no continente e em outros países de referência.

Considerando que as indústrias possuem custos extra de transporte para enviar os produtos ao continente e considerando que o acesso a energias mais limpas e/ou baratas está sempre condicionado ao modelo energético dos Açores e por tanto não oferece alternativas nem segurança jurídica a longo prazo.

Parecer

Após expressadas estas considerações prévias, é com todo respeito e interesse que gostaríamos de dar o nosso parecer aos pontos da resolução em causa, para contribuir á melhoria dos rendimentos dos produtores assegurando ao mesmo tempo um sector mais sustentável para todos os participantes:

1. *Incentive a união de todos os intervenientes do sector do leite e lacticínios - produtores, cooperativas, associações, indústria e distribuição.*

Apoiamos este ponto, mas sendo o nosso parecer, baseados nas considerações expostas previamente neste documento, que esta lista de intervenientes não é suficiente. Deveriam ser adicionados os fabricantes de rações, os intermediários de equipamentos, medicinas, distribuidores de fuel e empresas de transporte. Ignorar as empresas dos fatores de produção é ignorar possíveis soluções conjuntas ao problema.

2. *Adote medidas para que as indústrias de Lacticínios dos Açores possam promover acordos de tarifas com a distribuição, e que essas tarifas revertam inteiramente para o produtor, para que o seu rendimento seja salvaguardado e pago de forma justa.*

A Prolacto não tem relações com a distribuição retalhista. Mesmo assim não concordamos com este ponto pois não acreditamos solucione o problema de raiz. Sendo o nosso parecer que não é possível estabelecer este tipo de acordos por estar em contra da livre concorrência e ocultar a verdadeira fonte de competitividade, que não é outra que a eficiência operativa, a formação e a inovação em tecnologia, processos, produtos e mercados.

Adotar este tipo de medidas seria ignorar a forma como o preço da matéria-prima e dos produtos finais está a ser construído, os seus blocos e dinâmicas.

O nosso parecer é que medidas mais estratégicas deveriam ser tomadas em termos de mudança de modelo de fileira, como:

- i) Aumentar os rendimentos dos produtores. Incentivar uma alimentação baseada em mais pastagem, o que reduz o custo do produtor, torna o modelo mais energeticamente sustentável e está realmente alinhada com os atributos que caracterizam a marca Açores.
 - ii) Facilitar uma indústria mais competitiva com pactos transversais de transformação energética e novos modelos de transporte ajustados as necessidades.
 - iii) Ao mesmo tempo adaptar o sistema de subsídios incentivando a produção de mais sólidos no leite, não incentivando o volume. Para incentivar mais sólidos no leite e o tipo de alimentação adequada, um esforço tem de ser feito na genética e tipo de gado, tipos de exploração e formação ao produtor em manejo, tratamento dos solos e outras disciplinas.
3. *Promova, desenvolva e apoie iniciativas com vista à internacionalização e exportação dos produtos lácteos dos Açores, com o objetivo de continuar a alcançar novos mercados para os nossos produtos.*

Sendo o nosso parecer favorável e damos o total apoio a qualquer atividade neste sentido, nomeadamente campanhas de longo prazo, com base em planos de marketing estratégico, ligadas aos geradores de turistas e aos mercados que potencialmente mais valorizam o tipo de produto Marca Açores como os EUA, Canada, Alemanha, entre outros.

Fundamentação do nosso parecer:

Para melhor explicar o nosso parecer pedimos a Comissão, ao Governo e aos representantes da cidadania que tenham em conta as referências europeias de como fazer uma transição a um novo modelo de fileira, e fazê-lo com sucesso. O caso de Irlanda é sem dúvida um referente, um país que tem uma estratégia de longo prazo que já começou antes do final das quotas, que é clara e unificada, inclusiva de todos os intervenientes.

Já representantes da fileira açoriana fizeram uma viagem de estudo a Irlanda (Considerações Finais, ponto 9) como parte da Formação base de bovinos de leite (FBBL) promovido pela SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS, como descrito por Fernando Barbosa, do SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE S. MIGUEL, no seu documento “*Relatório descritivo da Viagem de estudo à República da Irlanda e continente Português, no âmbito da viagem final do curso de Formação Base de Bovinos de Leite*”. Neste documento se analisam as vantagens e desvantagens da forma de trabalhar na Irlanda, comparando com as práticas da lavoura açoriana. A conclusão do estudo vem a confirmar o nosso parecer e as nossas conclusões.

Documentamos a mais, com um estudo* feito na Irlanda, o facto demonstrado que nesse país, mesmo tendo o preço mais baixo numa série de países europeus (Alemanha, Dinamarca, França, Holanda e Reino Unido) entre 2012 e 2017 os produtores irlandeses conseguiram um maior rendimento. Nomeadamente um 43% maior rendimento que o seguinte país com melhor rendimento do estudo, Reino Unido, e tanto como 2,2 vezes o rendimento dos produtores holandeses.

* “An analysis of the Irish dairy sector post quota”.

Data: October 2020. Autores: Laurence Shalloo (Teagasc, Animal & Grassland Research and Innovation Centre, Moorepark, Fermoy, Co. Cork), Declan O Connor (Department of Mathematics, Cork Institute of Technology), Lungelo Cele and Fiona Thorne (Teagasc, Rural Economy Research and Development Programme and University College Cork). Compilado por Margie Egan.

O documento pode ser descarregado nesta ligação:

<https://www.teagasc.ie/publications/2020/an-analysis-of-the-irish-dairy-sector-post-quota-.php>

Outras conclusões do estudo:

Margem neto do Produtor

Pais	Ct/Ltr
Irlanda	8
Reino Unido	4,6
Holanda	3,6
Alemanha	2,7
Frância	2,5

Custo de produção**

Pais	Ct/Ltr
Irlanda	24
Reino Unido	30
Holanda	35
Alemanha	32
Frância	33

** (mão de obra própria excluída)

Se nos Açores o teor dos principais sólidos (3,7% matéria gorda e 3.2% proteína) estivesse ao nível do continente (4,2% MG 3,4% P), com um modelo baseado no pago por kilos a não por litros, o preço recebido pelos produtores seria melhorado e a matéria-prima seria mais produtiva para as indústrias. Em qualquer caso, dado o preço a pagar pelo transporte dos nossos produtos, nunca seríamos competitivos se o preço fosse exatamente igual nos açores que no continente. O trabalho então deve ser feito nos custos dos fatores de produção, nomeadamente na alimentação, que é perto de 50% do custo dos produtores atualmente (o que se traduz indiretamente em mais de 30% dos custos das indústrias transformadoras).

Conclusão:

Diante do exposto, a Prolacto tem um parecer apenas parcialmente favorável a resolução e totalmente desfavorável a acordos de tarifas com a distribuição, mas é totalmente favorável a melhoria dos rendimentos dos produtores a traves da inovação e das melhorias nas explorações, dos investimentos em competitividade e modernização de toda a fileira e produtos da indústria, da transformação energética e da mudança de modelo de exploração e incentivos num plano estratégico que facilite o enfoque na tipologia de animal adequada assegurando a sustentabilidade ambiental e o futuro económico do sector.

Com os melhores cumprimentos,

Pela **PROLACTO – LACTICÍNIOS DE SÃO MIGUEL, S.A.:**



Oscar Criado-del-Rey, Administrador e Diretor Geral Prolacto